



Graduação Pós-Graduação
 Artigo completo Relato de prática Resumo expandido

ENTRE RECONHECIMENTO E PRÁTICA: evento de premiação ambiental, contabilidade ambiental e legitimidade organizacional como vetores de boas práticas e valorização de mercado

Valquíria Duarte Vieira Rodrigues
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás
prof.valquiriaduarte@gmail.com

Thiago Castro de Oliveira
Universidade Federal de Goiás (UFG)
castrooliveira@discente.ufg.br

Mallu Mendonça
Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG)
mallu.mendonca@ipog.br

Vanuza da Silva Figueiredo
Universidade Federal Fluminense
vanuzafigueiredo@hotmail.com

RESUMO

Este estudo analisa como as premiações de sustentabilidade refletem a maturidade das práticas de contabilidade ambiental e transparência organizacional a partir da iniciativa e do reconhecimento institucional e vantagens estratégicas para o setor. Assim, o objetivo da pesquisa foi identificar quais são os indicadores verificados para avaliar e premiar empresas que estão no mercado goiano que detêm práticas de sustentabilidade e eficiência; descrever o grau de paridade ou disparidade entre os indicadores verificados. Buscou-se responder a seguinte questão problema: quais são as estratégias de boas práticas ambientais mais adotadas pelas empresas participantes do Prêmio FIEG de Sustentabilidade da Indústria Goiana, em 2024? Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa de estudo de múltiplos casos de práticas ambientais e de responsabilidade socioambiental, com ênfase nas quatro empresas vencedoras do Prêmio de Sustentabilidade da FIEG (2024). Os dados foram obtidos por meio de documentos corporativos, relatórios, entrevistas e observação direta, sendo analisados por meio de categorias relacionadas à maturidade da contabilidade ambiental, transparência e legitimação organizacional. Os resultados evidenciaram heterogeneidade significativa entre as empresas, indicando que o reconhecimento institucional não está necessariamente associado à robustez das práticas ambientais das organizações com maior maturidade de governança apresentam maior alinhamento entre discurso e prática, enquanto outras utilizam a contabilidade ambiental de forma mais limitada, reforçando seu papel como mecanismo de legitimação simbólica. O estudo contribuiu quanto aos mecanismos de avaliação de sustentabilidade e do papel da contabilidade ambiental como mediadora entre pressões institucionais e resultados das transparências organizacionais.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental; Transparência ESG; Legitimação Organizacional; Sustentabilidade Corporativa; Governança.

1 INTRODUÇÃO

A intensificação das mudanças climáticas e seus efeitos sobre a economia, a sociedade e os ecossistemas têm provocado uma reconfiguração no ambiente de negócios, exigindo das organizações a incorporação de dimensões socioambientais às suas estratégias. Nesse contexto, a contabilidade ambiental assume papel relevante ao permitir a mensuração, a evidenciação e o gerenciamento dos impactos decorrentes das atividades empresariais, contribuindo para a mitigação dos efeitos climáticos e para a qualificação da tomada de decisão.

O avanço das atividades produtivas, aliado ao desenvolvimento tecnológico, tem ampliado a pressão sobre os recursos naturais, intensificando fenômenos como o aquecimento global, eventos climáticos extremos e a escassez de recursos, cujos efeitos já se manifestam no presente (Sabuncu, 2024). Diante desse cenário, torna-se imprescindível o desenvolvimento de instrumentos capazes de apoiar a identificação, mensuração e gestão dos riscos e oportunidades associados às mudanças climáticas.

Diante disso, o objetivo da pesquisa foi identificar quais são os indicadores verificados para avaliar e premiar empresas que estão no mercado goiano que detêm práticas de sustentabilidade e eficiência; descrever o grau de paridade ou disparidade entre os indicadores verificados. Buscou-se responder a seguinte questão problema: quais são as estratégias de boas práticas ambientais mais adotadas pelas empresas participantes do Prêmio FIEG de Sustentabilidade da Indústria Goiana, em 2024? A hipótese é de que os ditames ambientais do mercado e seguem preceitos da cadeia produtiva ou do tipo de setor negócio.

Paralelamente, observa-se uma crescente demanda por transparência por parte de investidores, consumidores e demais *stakeholders*, o que tem impulsionado a evolução das divulgações corporativas, sobretudo para a ampliação de mercados e atração de investidores, nacionais e internacionais.

Assim, como relevância do estudo, cabe destacar que os eventos de premiação são oportunidades de vitrine para as boas práticas ambientais locais, sendo o Prêmio FIEG de Sustentabilidade da Indústria Goiana, uma dessas oportunidades de networking associado ao renome da Federação as indústrias do Estado de Goiás e da segurança jurídica de se contratar organizações que são filiadas uma federação.

Em adição, as boas práticas são medidas por indicadores previamente anunciados, cujas informações estão relacionadas à sustentabilidade, e, portanto, passam a ocupar posição

de reconhecimento mercadológico de cadeias produtivas e setores especializados. Além de saírem das relações comerciais internas, ou seja, dispostas nos relatórios empresariais, que reforçam os processos, a qualidade, transparência e confiabilidade dos dados, muitos deles reforçados pelas 17 ODS da ONU.

Quanto a relevância jurídica e comercial, portanto, a contabilidade ambiental contribui ao fornecer bases informacionais que permitem a internalização de custos ambientais, o direcionamento de investimentos em tecnologias mais eficientes e a adoção de práticas alinhadas à economia circular, e outro atributo comum no mercado das boas práticas sustentáveis, ambientalmente falando, são de instrumentos como certificações.

Em outras palavras, esses indicadores são variáveis esperados em premiações de sustentabilidade têm se consolidado como mecanismos de sinalização ao mercado, influenciando a reputação corporativa e o comportamento dos agentes econômicos (Costa, 2020), sendo mister considerar os requisitos avaliados para que dialoguem em todas as edições e afastem questionamentos quanto à efetiva correspondência entre o reconhecimento institucional dessas empresas e o grau de maturidade de suas práticas ambientais e de transparência.

Diante disso, verifica-se ainda que quanto a relevância do evento e das boas práticas, em adição, no âmbito regulatório, há o avanço de iniciativas internacionais voltadas à padronização das divulgações de sustentabilidade, como as normas IFRS S1 e IFRS S2, reforça a necessidade de integração entre informações financeiras e não financeiras, ampliando o papel da contabilidade ambiental como suporte à governança climática e à gestão de riscos (Elkins; Entwistle; Schmidt, 2024).

Tanto que a literatura tem se especializado sobre a contabilidade ambiental, e versando em instrumentos mais atuais como a ESG, ou seja, *Environmental, Social, and Governance* (Ambiental, Social e Governança), como um conjunto de padrões que avalia a sustentabilidade e a responsabilidade de uma empresa, sendo a divulgação de sustentabilidade, uma predominância de estudos voltados à análise de relatórios corporativos, padrões de *disclosure* e efeitos da regulação sobre a transparência (Gulluscio, 2020; Bebbington Et Al., 2023).

Paralelamente, abordagens críticas têm destacado o risco de utilização dessas práticas como instrumentos de legitimação simbólica, especialmente em contextos de crescente pressão institucional (Gray, 1994; Bebbington; Unerman, 2020). Entretanto, permanece insuficientemente explorada a relação entre reconhecimento institucional externo, como



premiações de sustentabilidade, e o nível efetivo de maturidade das práticas ambientais e de transparência organizacional. Em particular, são escassos os estudos que investigam se tais mecanismos de reconhecimento refletem práticas estruturadas de contabilidade ambiental ou se operam predominantemente como instrumentos de sinalização ao mercado.

Por fim, A expectativa da pesquisa residiu em reconhecer as evidências empíricas sobre a correspondência entre reconhecimento institucional e práticas efetivas de sustentabilidade, contribuindo para o debate acadêmico e fornecendo subsídios para gestores e formuladores de políticas públicas na promoção de modelos produtivos mais sustentáveis, alinhando-se à confiabilidade das práticas corporativas de sustentabilidade, da maturidade das práticas ambientais e do nível de transparência organizacional.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO ESTRATÉGICA

A incorporação da sustentabilidade às práticas organizacionais tem redefinido o papel da contabilidade no contexto empresarial contemporâneo. Nesse cenário, a contabilidade ambiental emerge como um instrumento estratégico capaz de integrar dimensões econômicas e socioambientais, ampliando a capacidade das organizações de mensurar, gerenciar e evidenciar os impactos decorrentes de suas atividades.

Díaz Hernández e Hernández Romero (2022), destacam que a contabilidade, diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, precisa transcender sua função tradicional de registro e controle financeiro, incorporando mecanismos que permitam a mensuração dos impactos ambientais e a promoção de práticas sustentáveis. Essa evolução reflete uma mudança paradigmática, na qual a informação contábil passa a subsidiar decisões estratégicas orientadas à sustentabilidade (Schaltegger; Burritt, 2000).

Nesse sentido, a contabilidade ambiental pode ser compreendida como um sistema de informação que registra, analisa e comunica os efeitos ambientais das atividades empresariais, incorporando indicadores que refletem investimentos em sustentabilidade e estratégias de mitigação de impactos. Ao ampliar o escopo da informação contábil, essa abordagem contribui para uma gestão mais integrada e alinhada aos desafios contemporâneos.

A relevância dessa perspectiva é reforçada por Gulluscio et al. (2020), ao evidenciar

que *stakeholders* demandam não apenas informações financeiras, mas também dados consistentes sobre o desempenho socioambiental das organizações. Essa ampliação das exigências informacionais fortalece o papel da contabilidade ambiental como instrumento de transparência e *accountability*. Entretanto, a literatura também aponta limitações importantes e, segundo Gray (1994), a problematização da adoção superficial de práticas ambientais, associando-as, em alguns casos, a estratégias de legitimação organizacional, como o *greenwashing*, embora haja um reconhecimento crescente dos custos ambientais incluindo investimentos em tecnologias limpas e mitigação de impactos, a relação entre sustentabilidade e desempenho econômico permanece complexa e, por vezes, contraditória.

Em suma e conforme Gray, O'Dochartaigh e Rannou (2016), “a contabilidade deve ser orientada pela noção de eficácia organizacional ampliada, incorporando não apenas resultados financeiros, mas também impactos sociais e ambientais”. Essa abordagem reforça a necessidade de utilização da contabilidade como instrumento de transformação organizacional, capaz de induzir práticas mais sustentáveis.

Dessa forma, a contabilidade ambiental consolida-se como um elemento central na gestão estratégica, contribuindo para a internalização de externalidades, a redução de riscos e o fortalecimento da legitimidade organizacional em um contexto de crescente pressão por sustentabilidade, como se verifica na figura 1 abaixo:

Figura 1 Contabilidade ambiental e a premissa da legitimidade organizacional



Fonte: Elaborado pelos autores. Dados da Pesquisa e adaptado de Gray, O'Dochartaigh e Rannou (2016), (IA Copilot, 2026)

Infere-se da figura 1 que a contabilidade ambiental pode ser aprofundada à luz da teoria da legitimação, segundo a qual as organizações buscam alinhar suas práticas e discursos às expectativas sociais dominantes, visando assegurar sua aceitação e continuidade no ambiente institucional (Suchman, 1995; Deegan, 2002). Nesse contexto, a divulgação de informações socioambientais pode assumir caráter substantivo, quando reflete mudanças reais nas práticas organizacionais, ou simbólico, quando orientado predominantemente à construção de legitimidade perante stakeholders.

Complementarmente, a teoria institucional contribui para compreender como pressões coercitivas (regulação), normativas (padrões internacionais) e miméticas (benchmarking organizacional) influenciam a adoção de práticas ESG e de contabilidade ambiental (Dimaggio; Powell, 1983). Essa abordagem permite interpretar a contabilidade ambiental não apenas como instrumento técnico, mas como elemento inserido em dinâmicas institucionais de conformidade, adaptação e busca por legitimidade.

Dessa forma, a articulação entre contabilidade ambiental, legitimação organizacional e pressões institucionais oferece base teórica robusta para analisar a possível dissociação entre reconhecimento institucional e efetividade das práticas sustentáveis.

2.2 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A CONTABILIDADE

A Agenda 2030, estabelecida pelas Nações Unidas, representa um marco na institucionalização da sustentabilidade em escala global, ao propor 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas voltadas à promoção de um desenvolvimento econômico, social e ambientalmente equilibrado.

Dentre esses objetivos, o ODS 12, que trata de padrões sustentáveis de produção e consumo, apresenta maior aderência ao campo da contabilidade ambiental, especialmente ao incentivar a integração de informações de sustentabilidade nos relatórios corporativos. Contudo, conforme apontam Bebbington et al. (2023), os ODS ainda apresentam limitações no que se refere à operacionalização contábil, uma vez que não definem de forma explícita os mecanismos pelos quais a contabilidade pode contribuir para sua implementação.

Essa lacuna é reforçada por Bebbington e Unerman (2020), ao argumentarem que, embora amplamente referenciados, os ODS são frequentemente utilizados de maneira superficial pelas organizações, sem uma integração efetiva às práticas de gestão e mensuração.



Por outro lado, estudos como o de Cristiano et al. (2024) evidenciam que a melhoria na mensuração e divulgação dos impactos ambientais e financeiros pode contribuir significativamente para o alcance do ODS 12, ao incentivar decisões mais informadas e sustentáveis. Nesse contexto, a contabilidade ambiental assume papel relevante ao traduzir diretrizes globais em indicadores mensuráveis e comparáveis, aproximando discurso e prática.

Assim, observa-se que, embora os ODS representem um avanço normativo relevante, sua efetividade depende da capacidade das organizações de incorporar instrumentos contábeis que viabilizem sua implementação de forma concreta.

2.3 NORMAS INTERNACIONAIS DE SUSTENTABILIDADE E TRANSPARÊNCIA CORPORATIVA

A crescente demanda por transparência e padronização das informações de sustentabilidade tem impulsionado o desenvolvimento de normas internacionais voltadas à divulgação de informações não financeiras. Nesse contexto, a criação do *International Sustainability Standards Board* (ISSB), pela *IFRS Foundation*, representa um avanço significativo na consolidação de um padrão global de reporte.

Historicamente, a evolução das normas contábeis internacionais teve início com o *International Accounting Standards Committee* (IASC), criado em 1973, posteriormente substituído pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em 2001 (Camfferman; Zeff, 2015). A criação do ISSB, em 2021, amplia esse movimento ao incorporar a dimensão da sustentabilidade à agenda regulatória global (IFRS, 2021).

A publicação das normas IFRS S1 e IFRS S2, em 2023, representa um marco nesse processo. Enquanto a IFRS S1 estabelece diretrizes gerais para divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade, a IFRS S2 concentra-se especificamente nos riscos e oportunidades associados às mudanças climáticas (Foundation, 2023; Komala, 2024).

Essas normas têm como objetivo aumentar a qualidade, a comparabilidade e a confiabilidade das informações divulgadas, contribuindo para a tomada de decisão por parte de investidores e demais stakeholders. Conforme destacado por Wahyuni (2025), a adoção dessas diretrizes possui potencial para reduzir assimetrias informacionais e fortalecer a governança corporativa, todavia a implementação ainda enfrenta desafios, especialmente em economias emergentes, de limitações institucionais e técnicas que podem dificultar a padronização das divulgações.



2.4 ÍNDICES, RANKINGS E PREMIAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

A crescente relevância da agenda ESG tem impulsionado o desenvolvimento de índices, rankings e premiações voltados à avaliação do desempenho socioambiental das empresas. Esses instrumentos desempenham papel estratégico ao fornecer parâmetros para investidores e stakeholders interessados em práticas sustentáveis.

Entre os principais referenciais internacionais, destacam-se o Dow Jones Sustainability Index (DJSI), os índices MSCI ESG Leaders e a série FTSE4Good, que avaliam empresas com base em critérios econômicos, ambientais e sociais. Além disso, o Sustainability Yearbook, da S&P Global, consolida avaliações globais a partir de metodologias estruturadas de análise de desempenho ESG.

Esses mecanismos contribuem para a disseminação de boas práticas e para o fortalecimento da transparência corporativa. No entanto, sua efetividade depende da robustez metodológica e da consistência das informações utilizadas, uma vez que podem também funcionar como instrumentos de legitimação simbólica.

2.5 PRÊMIO FIEG DE SUSTENTABILIDADE E DIFUSÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS

No contexto brasileiro, iniciativas como o Prêmio FIEG de Sustentabilidade desempenham papel relevante na promoção e disseminação de práticas sustentáveis no setor industrial. Ao reconhecer empresas que adotam estratégias alinhadas à sustentabilidade, a premiação contribui para a construção de uma cultura organizacional orientada à responsabilidade socioambiental.

A estrutura da premiação contempla categorias que abrangem desde práticas de gestão e tecnologias sustentáveis até comunicação ESG e iniciativas de micro e pequenas empresas (FIEG, 2024). Esse desenho institucional favorece a valorização de diferentes dimensões da sustentabilidade, estimulando a adoção de soluções inovadoras.

Além disso, a premiação atua como mecanismo de indução, incentivando outras organizações a adotarem práticas sustentáveis e promovendo um efeito multiplicador no setor produtivo. A articulação entre indústria, academia e inovação tecnológica reforça o potencial dessas iniciativas como instrumentos de desenvolvimento sustentável.

Entretanto, a efetividade dessas premiações depende da consistência dos critérios de avaliação e da correspondência entre reconhecimento institucional e práticas efetivas, aspecto

que constitui um dos pontos centrais de análise deste estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se na abordagem qualitativa, com delineamento baseado no método de estudo de caso, conforme proposto por Marconi e Lakatos (2010), “visando à análise aprofundada de quatro empresas que desenvolvem práticas de gestão ambiental”. A escolha desse método justifica-se pela sua capacidade de permitir a compreensão detalhada de fenômenos complexos em contextos reais, especialmente no que se refere à utilização da contabilidade ambiental como instrumento estratégico no enfrentamento das mudanças climáticas.

A seleção das unidades de análise foi orientada por critérios intencionais, considerando o tipo de investimento em ações sustentáveis, a incorporação de práticas de contabilidade ambiental e o potencial impacto dessas iniciativas na mitigação dos efeitos climáticos. Tal recorte possibilita examinar diferentes níveis de maturidade organizacional e estratégias adotadas, contribuindo para uma análise comparativa consistente.

A análise de conteúdo foi operacionalizada a partir de categorias analíticas previamente definidas, incluindo: (i) nível de maturidade da contabilidade ambiental; (ii) grau de transparência e evidenciação; (iii) alinhamento com práticas ESG; e (iv) presença de elementos indicativos de legitimação simbólica. Essas categorias permitiram a sistematização comparativa dos casos e a identificação de padrões analíticos entre as organizações.

A coleta de dados foi realizada por meio de múltiplas fontes de evidência, incluindo documentos corporativos, relatórios de sustentabilidade, entrevistas com gestores e observação direta. Essa estratégia metodológica favorece a triangulação dos dados, aumentando a confiabilidade e a robustez dos achados, além de possibilitar uma compreensão mais abrangente das práticas adotadas pelas organizações analisadas.

No que se refere ao tratamento dos dados, adotou-se a análise qualitativa de conteúdo, com foco na identificação de padrões, práticas e impactos associados à aplicação da contabilidade ambiental em cada caso. Posteriormente, foi realizada uma análise comparativa entre as empresas, permitindo evidenciar convergências e divergências quanto às estratégias de gestão ambiental, ao nível de transparência e à integração das práticas sustentáveis aos objetivos organizacionais.

Os resultados foram sistematizados de forma a evidenciar como a contabilidade

ambiental é operacionalizada nas organizações estudadas, destacando seus efeitos sobre a mitigação de impactos ambientais, a geração de valor e o fortalecimento da estratégia corporativa. Dessa forma, a abordagem metodológica adotada contribui para uma análise consistente e aprofundada do fenômeno investigado, alinhada às exigências de rigor científico e relevância analítica.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS E INTENSIDADE DE IMPACTO AMBIENTAL

A análise dos casos evidencia que o nível de impacto ambiental das empresas está diretamente associado à natureza de suas atividades produtivas, especialmente ao grau de intensidade no uso de recursos naturais e à complexidade dos processos industriais. Isto é, diante da análise dos dados obtidos com base nas empresas premiadas, verificou-se que as empresas inseridas em setores intensivos em recursos, como construção civil e mineração, apresentam impactos ambientais mais elevados, decorrentes do consumo intensivo de água, energia e matérias-primas, além da emissão de poluentes e geração de resíduos. Em contraste, organizações do setor de tecnologia tendem a apresentar impactos mais moderados, concentrados principalmente no consumo energético associado à infraestrutura digital, conforme se verifica no quadro 1.

Quadro 1: Relação entre intensidade de impacto ambiental, vetores de impacto e estratégias de mitigação adotadas pelas empresas analisadas [Ano Referência: 2024]

Empresa	Setor	Intensidad e de Impacto	Vetores de Impacto	Estratégias de Mitigação	Papel da Contabilidade Ambiental
Empresa A	Farmacêutico	Alto	Resíduos químicos, efluentes	Gestão de resíduos, controle de emissões	Monitoramento de custos ambientais e controle de passivos
Empresa B	Tecnologia	Moderado	Consumo energético (data centers)	Energia renovável, eficiência energética	Mensuração de consumo energético e otimização de custos
Empresa C	Construção	Alto	Emissão de CO ₂ , uso intensivo de recursos	Reciclagem, eficiência produtiva	Apoio à redução de desperdícios e eficiência operacional



Empresa D	Mineração	Muito alto	Degradação ambiental, uso de água	Recuperação de áreas, gestão hídrica	Avaliação de impactos e provisões ambientais
------------------	-----------	------------	-----------------------------------	--------------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores. Dados da pesquisa (2024).

Com base no quadro 1, O quadro evidencia que a intensidade do impacto ambiental varia conforme o setor de atuação, existindo uma relação direta entre o tipo de atividade produtiva e o nível de dano potencial ao meio ambiente. A Empresa B, do setor de tecnologia, apresenta impacto moderado, pois seus principais impactos estão associados ao consumo energético. Já as Empresas A (farmacêutica) e C (construção) possuem impacto alto, em razão do uso de produtos químicos, geração de resíduos, emissões de CO₂ e exploração intensiva de recursos. A Empresa D, do setor de mineração, concentra o impacto mais elevado, devido à degradação ambiental direta e ao uso intenso de água, características inerentes à atividade extrativa.

Os vetores de impacto explicam e justificam essas diferenças, ao mesmo tempo em que orientam as estratégias de mitigação adotadas por cada empresa. Atividades com resíduos químicos e efluentes demandam gestão rigorosa e controle de emissões, enquanto o elevado consumo energético requer adoção de fontes renováveis e eficiência operacional. Nos setores de construção e mineração, ações como reciclagem, eficiência produtiva, recuperação de áreas degradadas e gestão hídrica mostram-se indispensáveis para reduzir danos ambientais e atender a exigências legais e sociais.

Nesse contexto, a contabilidade ambiental assume papel estratégico, indo além do registro de gastos. Ela permite mensurar custos ambientais, controlar passivos, apoiar a redução de desperdícios, otimizar recursos e reconhecer provisões associadas a impactos futuros. Quanto maior o impacto ambiental da atividade, maior a relevância da contabilidade ambiental para a gestão de riscos, a transparência das informações e a tomada de decisão, reforçando a integração entre sustentabilidade, desempenho econômico e responsabilidade socioambiental.

4.2 CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Os resultados indicam que a contabilidade ambiental desempenha papel central na estruturação das estratégias de sustentabilidade das empresas analisadas. Observa-se que



organizações com maior maturidade em governança utilizam a contabilidade ambiental não apenas para fins de reporte, mas como instrumento de gestão, orientando decisões relacionadas à eficiência operacional, mitigação de impactos e alocação de recursos.

Conforme evidenciado no quadro 1, a contabilidade ambiental está diretamente associada à operacionalização das estratégias de mitigação, atuando no monitoramento de custos ambientais, no controle de passivos e na avaliação de investimentos sustentáveis. Esse achado está alinhado à perspectiva de Díaz Hernández e Hernández Romero (2022), ao destacar “a necessidade de ampliação do papel da contabilidade frente aos desafios das mudanças climáticas”. Além disso, a utilização da contabilidade ambiental contribui para a redução de riscos operacionais e regulatórios, especialmente em setores com maior exposição ambiental (Elkins; Entwistle; Schmidt, 2024).

4.3 TRANSPARÊNCIA E NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Considerando-se quem um dos indicadores do prêmio referiu-se ao nível de transparência, ou como é mercadologicamente reconhecido nos negócios ou práticas resiliente e ambientais, o *disclosure* permite a revelação ou exposição de informações quanto ao processo de tornar públicas informações relevantes sobre a situação financeira, operacional e estratégica de uma empresa, garantindo transparência a investidores, reguladores e *stakeholders*.

Assim, identificou-se nesta análise mediante as informações coletadas que nível de transparência e evidenciação das práticas sustentáveis, enquanto algumas organizações apresentam relatórios estruturados, com indicadores mensuráveis e alinhamento a padrões internacionais, como por exemplo a demandada necessidade do mercado em garantir a confiabilidade das transações e boas práticas, como por exemplo com certificação, há disparidades evidentes, ou seja, algumas das empresas ainda operam com níveis limitados de *disclosure*. Essas diferenças são sintetizadas no quadro 2, que evidencia o grau de maturidade ESG das empresas, considerando critérios como relatório de sustentabilidade, certificações e nível de transparência.

Quadro 2 – Indicadores avaliados quanto ao Nível de transparência e maturidade ESG [Ano Referência: 2024]

Empresa	Relatório de Sustentabilidade	Alinhamento ESG	Certificações	Nível de Transparência	Maturidade ESG
Empresa A	Completo e anual	Alto	ISO 14001	Elevado	Alta
Empresa B	Integrado	Alto	MSCI ESG Leaders	Elevado	Alta
Empresa C	Parcial	Médio	Não evidenciado	Moderado	Média
Empresa D	Limitado	Médio	Selo setorial	Baixo	Baixa

Fonte: Elaborado pelos autores. Dados da pesquisa (2024).

Inferre-se do quadro 2 que, dentre os dados obtidos na pesquisa, destaca-se a heterogeneidade evidencia a persistência de assimetrias informacionais, mesmo entre empresas reconhecidas por práticas sustentáveis, corroborando os achados de Bebbington e Unerman (2020), de que a sustentabilidade, prestação de contas (*accountability*) e relatórios corporativos, no que tange a contabilidade tradicional, ainda é insuficiente para lidar com os desafios ambientais e sociais, defendendo que a contabilidade de sustentabilidade deve ir além dos relatórios ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) atuais, abordando externalidades de forma profunda e disparidades notórias numa mesma análise de cenário.

4.4 RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL E LEGITIMIDADE ORGANIZACIONAL

Um dos principais achados do estudo refere-se à possível dissociação entre reconhecimento institucional e maturidade das práticas de sustentabilidade. Embora todas as empresas analisadas tenham sido reconhecidas por premiações, os níveis de transparência, mensuração e robustez das práticas variam significativamente. Ademais, conforme observado no quadro 2, verificam-se empresas com menor nível de transparência aquém do ideal, o que reforça que, num mesmo cenário mercadológico de práticas ambientais, há fragilidades na mensuração de impactos, em que se pese a existência de indicadores; isso sugere que o reconhecimento institucional não está necessariamente associado à qualidade das práticas ambientais. Esse resultado dialoga com a abordagem crítica de Gray (1994), “ao indicar que práticas ambientais podem ser utilizadas como instrumentos de legitimação organizacional, especialmente em contextos de crescente pressão por sustentabilidade”.

4.5 SÍNTESE ANALÍTICA DOS CASOS

A análise comparativa permite identificar padrões estruturais entre as empresas, evidenciando a influência da governança, do setor de atuação e da intensidade ambiental na adoção de práticas sustentáveis. Essa síntese é apresentada no quadro 3, abaixo, que consolida as principais dimensões analíticas verificadas na pesquisa.

Quadro 3 – Análise das Variáveis de Dimensões Ambientais: Síntese comparativa dos casos [Ano Referência: 2024]

Dimensão	Empresa A	Empresa B	Empresa C	Empresa D
Intensidade ambiental	Alta	Moderada	Alta	Muito alta
Estrutura de governança	Alta	Alta	Média	Média
Uso da contabilidade ambiental	Estruturado	Estruturado	Parcial	Limitado
Transparência	Alta	Alta	Média	Baixa
Risco de legitimação simbólica	Baixo	Baixo	Moderado	Elevado

Fonte: Elaborado pelos autores. Dados da pesquisa (2024).

A partir do quadro 3, observa-se que a maturidade das práticas sustentáveis está diretamente associada ao nível de governança e à capacidade de integração da contabilidade ambiental nos processos decisórios.

A partir da análise comparativa, identifica-se um padrão analítico central denominado desalinhamento entre reconhecimento institucional e maturidade das práticas ambientais, caracterizado pela coexistência de elevado reconhecimento externo com níveis heterogêneos de transparência e mensuração. Esse padrão reforça a necessidade de revisão crítica dos critérios de avaliação de sustentabilidade.

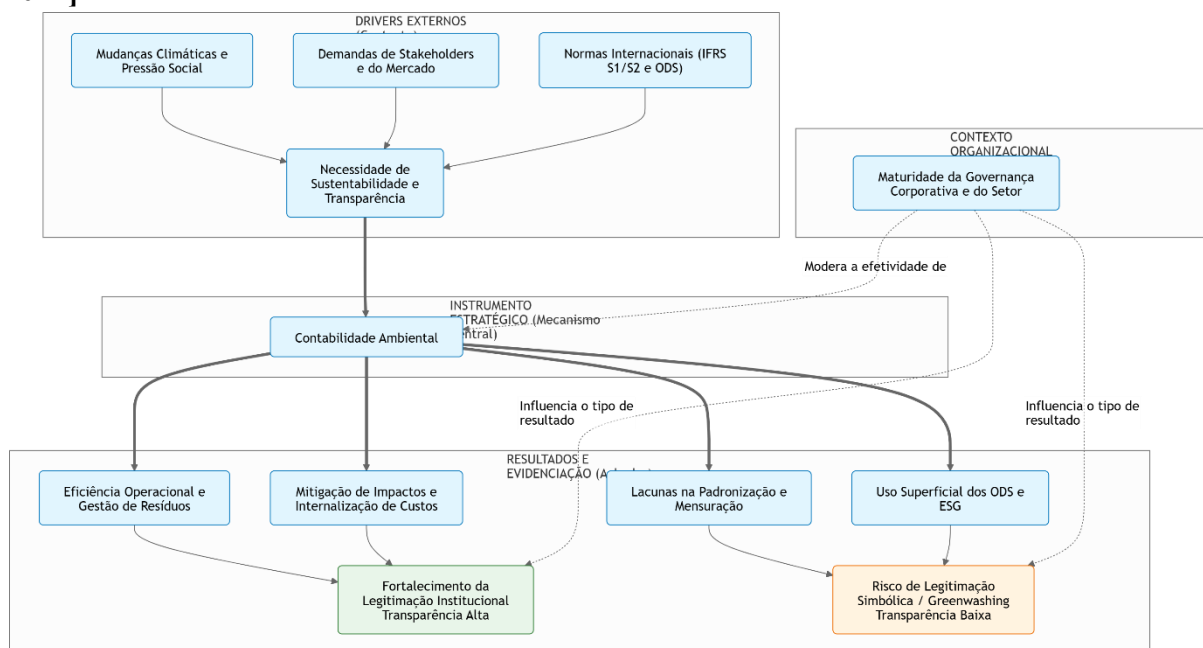
4.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS À LUZ DA LITERATURA

Os resultados evidenciam que a contabilidade ambiental desempenha um papel dual nas organizações analisadas. Por um lado, atua como instrumento efetivo de gestão, contribuindo para a internalização de custos ambientais, a redução de riscos e a melhoria da eficiência operacional. Por outro, em contextos de menor maturidade organizacional, observa-se que sua utilização está associada a práticas de evidenciação limitadas, reforçando seu papel como mecanismo de legitimação simbólica.

Essa dualidade reforça a perspectiva de Gray (1994) e Bebbington e Unerman (2020), consideram que “ao indicar que a adoção de práticas ambientais não garante, por si só, transformações substantivas nas organizações”. Nesse sentido, os achados sugerem que mecanismos de reconhecimento institucional, como premiações de sustentabilidade, podem não refletir adequadamente o nível real de maturidade das práticas ESG, funcionando, em determinados casos, como instrumentos de reforço reputacional desvinculados de mudanças estruturais.

Sob a ótica institucional, esse resultado pode ser interpretado como reflexo de pressões miméticas e normativas, que induzem a adoção de práticas de sustentabilidade sem, necessariamente, promover sua plena internalização nos processos organizacionais. Assim, a contabilidade ambiental emerge não apenas como ferramenta técnica, mas atua como ecossistema com ponto de elemento central na distinção entre legitimidade substantiva e simbólica no campo da sustentabilidade corporativa, como se verifica na figura 2.

Figura 2 – Modelo conceitual da contabilidade ambiental como mecanismo mediador entre *drivers* institucionais e resultados de legitimização organizacional [Ano Referência: 2024]



Fonte: Elaborado pelos autores. Dados da pesquisa (2026).

Inferê-se da figura 2 que o modelo analítico, evidencia como a contabilidade ambiental é um instrumento que modelado no mercado em que o mecanismo mediador entre os drivers institucionais e os resultados organizacionais. Em outras palavras, a efetividade é condicionada pela maturidade da governança corporativa; isso reforça que os dados apontam

os indicadores de efetividade que nortearam como a contabilidade ambiental está condicionada à maturidade da governança organizacional, especialmente em setores com elevada intensidade de impacto ambiental, sendo que dentre os benefícios, é a atração dos olhares dos investidores locais e internacionais pelos negócios que reconhecem a segurança contabilidade ambiental.

5 CONCLUSÕES

A análise das quatro empresas evidencia que a incorporação de práticas de gestão ambiental está associada a uma mudança progressiva na forma como as organizações integram a sustentabilidade às suas estratégias. Embora tais iniciativas demandem investimentos iniciais relevantes, os resultados indicam que os benefícios gerados ultrapassam a dimensão econômico-financeira, refletindo-se em ganhos de eficiência operacional, redução de impactos ambientais e fortalecimento da legitimidade institucional.

Assim sendo, os objetivos da pesquisa foram atendidos ao se identificar quais são os indicadores verificados para avaliar e premiar empresas que estão no mercado goiano que detém práticas de sustentabilidade e eficiência; descreveu-se o grau de paridade ou disparidade entre os indicadores verificados dentre o rol dos premiados, bem como foi respondida a questão problema, de que as estratégias de boas práticas ambientais mais adotadas pelas empresas participantes do Prêmio FIEG, em 2024, ou seja, contabilidade ambiental e a transparência das informações ambientais; a hipótese foi confirmada é de que os ditames ambientais do mercado e seguem preceitos da cadeia produtiva ou do tipo de setor negócio uma vez que a certificação ambiental, por exemplo, é adotada pela maioria dos negócios, mas nem todas as empresas participantes ainda detém essa prática.

Os achados demonstram que a adoção da contabilidade ambiental contribui para a qualificação da tomada de decisão, ao permitir maior capacidade de identificação, mensuração e gestão dos impactos ambientais. Nesse sentido, práticas como eficiência energética, gestão de resíduos e uso de tecnologias limpas não apenas reduzem externalidades negativas, mas também reforçam a competitividade organizacional em um contexto de crescente exigência por transparência e desempenho sustentável.

Entretanto, a análise comparativa revela heterogeneidade significativa no nível de maturidade das empresas quanto à evidenciação de suas práticas ambientais. Observou-se que, enquanto algumas organizações apresentam elevado grau de transparência, com relatórios

estruturados e alinhamento a padrões internacionais, outras ainda operam com níveis limitados de *disclosure*, especialmente no que se refere à mensuração de impactos. Esse resultado sugere a existência de um possível desalinhamento entre o reconhecimento institucional, por meio de premiações, e a efetiva qualidade das práticas de sustentabilidade adotadas.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao evidenciar a lacuna entre discurso e prática na agenda ESG, reforçando a necessidade de abordagens mais críticas sobre mecanismos de legitimação organizacional. Além disso, amplia a compreensão sobre o papel da contabilidade ambiental como instrumento de governança e transparência, especialmente em contextos de economias emergentes.

Sob a perspectiva prática, os resultados indicam a importância do fortalecimento de critérios mais rigorosos e padronizados para avaliação de iniciativas sustentáveis, bem como a necessidade de ampliar a adoção de instrumentos contábeis capazes de mensurar, de forma consistente, os impactos ambientais das organizações.

Ao analisar empresas reconhecidas por premiações de sustentabilidade, demonstra-se que o reconhecimento institucional pode coexistir com diferentes níveis de maturidade das práticas ambientais, revelando limitações nos mecanismos de avaliação e sinalização no campo ESG. Dessa forma, o estudo amplia o debate sobre a credibilidade das práticas de sustentabilidade e sobre o papel da contabilidade ambiental na mediação entre discurso, prática e transparência organizacional.

Somado a isso, reconhecem-se como limitações deste estudo o número restrito de casos analisados e a dependência de informações disponibilizadas pelas próprias empresas, o que pode influenciar a profundidade das análises. Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo empírico, incorporem métodos quantitativos complementares e investiguem, de forma longitudinal, os efeitos das práticas de contabilidade ambiental sobre o desempenho organizacional e a efetividade das estratégias de mitigação das mudanças climáticas.

Por fim, como recomendações o estudo sugere uma análise anual de prêmios com base no perfil identificado com ênfase no avanço da agenda ESG, visto que ela depende não apenas da ampliação de práticas sustentáveis, mas do aprimoramento dos mecanismos de avaliação e validação dessas práticas, sob risco de consolidação de dinâmicas de legitimação dissociadas de transformações efetivas, comprometendo a credibilidade e a efetividade da agenda ESG no longo prazo.

REFERÊNCIAS

BEBBINGTON, J.; LAINE, M.; LARRINAGA, C.; MICHELON, G. Environmental accounting in the *European Accounting Review*: a reflection. **European Accounting Review**, v. 32, n. 5, p. 1107–1128, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/09638180.2023.2254351>.

BEBBINGTON, J.; UNERMAN, J. *Advancing research into accounting and the UN sustainable development goals*. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 33, n. 7, p. 1657–1670, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2020-4556>.

BOHN, L.; MACAGNAN, C. B.; KRONBAUER, C. A. *Navigating legitimacy: diverse stakeholder perspectives on the IFRS Foundation's establishment of the ISSB*. **Meditari Accountancy Research**, v. 33, n. 1, p. 86–113, 2025.

BRAINFARMA. **Brainfarma Medicamentos**. Página inicial. 2025. Disponível em: <https://brainfarma.gupy.io/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

CAMFFERMAN, K.; ZEFF, S. A. Evolution of the IASC into the IASB. In: _____. *Aiming for global accounting standards: the International Accounting Standards Board, 2001–2011*. Oxford: **Oxford Academic**, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199646319.003.0002>. Acesso em: 6 mar. 2025.

COSTA, H. A. Ecolabels no turismo: análise de um prêmio de sustentabilidade na visão dos gestores das iniciativas premiadas. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 8, n. 1, p. 107–126, 2020.

CRISTIANO, R.; NIRAMA, E. **Diseño de un modelo de sensibilización para la implementación efectiva de las NIIF S1 y NIIF S2 mediante los informes de sostenibilidad para el sector de petróleo y gas en Colombia**. 2024.

DÍAZ HERNÁNDEZ, M. A.; HERNÁNDEZ ROMERO, G. Desafios sustentables para la contabilidad. **Revista Colombiana de Contabilidad – ASFACOP**, v. 10, n. 20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.56241/asf.v10n20.276>.

ELKINS, H.; ENTWISTLE, G.; SCHMIDT, R. N. Expectations for sustainability reporting from users, preparers, and the accounting profession. **International Journal of Disclosure and Governance**, v. 21, n. 1, p. 143–164, 2024.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS (FIEG). **Inscrições abertas para o Prêmio FIEG de Sustentabilidade da Indústria Goiana**. Disponível em: <https://www.fieg.com.br/noticias/inscricoes-abertas-para-o-premio-fieg-de-sustentabilidade-da-industria-goiana>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GRAY, R. *Can we afford the environment? A reply to Walley and Whitehead*. **Harvard Business Review**, 1994.

GRAY, R. Towards an ecological accounting: *tensions and possibilities in social and environmental accounting*. In: _____. **Intrinsic capability**. 2019. p. 53–69.

GRAY, R.; O'DOCHARTAIGH, A.; RANNOU, C. Organisational effectiveness and social and environmental accounting: through the past darkly. In: HASLAM, J.; SIKKA, P. (ed.).

Pioneers of critical accounting: a celebration of the life of Tony Lowe. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 53–71.

GULLUSCIO, C.; PUNTILLO, P.; LUCIANI, V.; HUISINGH, D. *Climate change accounting and reporting: a systematic literature review*. *Sustainability*, v. 12, n. 13, p. 5455, 2020.

IFRS FOUNDATION. **International Sustainability Standards Board (ISSB)**. Disponível em: <https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

KOMALA, L. K. et al. *Analysis of sustainability report standards and adjustment of IFRS S1 & IFRS S2 standards implementation*. *International Journal of Accounting, Management, Economics and Social Sciences (IJAMESC)*, v. 2, n. 5, p. 1643–1657, 2024.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOSAIC FERTILIZANTES. **Fertilizantes Mosaic**. 2025. Disponível em: <https://mosaicco.com.br/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

REALMIX CONCRETO. Página inicial. 2025. Disponível em: <https://realmixconcreto.com.br/real/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SABUNCU, B. *The effects of climate change on accounting and reporting*. In: _____. **New approaches to CSR, sustainability and accountability**. Singapore: Springer Nature, 2024. p. 293–307.

SCHALTEGGER, S.; BURRITT, R. *Environmental management accounting: purposes and progress*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2000.

SVPM. **Mineração Serra Verde**. Página inicial. 2025. Disponível em: <https://svpm.com.br/br/home-br/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

VIEIRA RODRIGUES, V.; WANDER, A.; ROSA, F. Diagnóstico da sustentabilidade da avicultura de corte sob a perspectiva da contabilidade de gestão ambiental. 2023.

WAHYUNI, P. D. *The role of IFRS S1 and S2 in enhancing transparency and accountability of ESG reports: a systematic review*. *Asian Journal of Economics, Business and Accounting*, v. 25, n. 1, p. 1–12, 2025.